

Políticas Públicas e Programas de Remanejamento de Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos nos Governos FHC e LULA

Matheus Müller¹
Hemerson Pase²

RESUMO

O estudo busca tratar de um tema de pesquisa emergente no meio acadêmico e pouco estudado pela área de Ciência Política. Procura refletir sobre a atuação do Estado brasileiro na formulação e implantação de políticas públicas e programas de remanejamento voltados para a população atingida por empreendimentos hidrelétricos no período compreendido entre os governos de FHC e Lula. Os resultados obtidos até o momento evidenciam que, tanto em FHC, quanto em LULA as políticas de remanejamento populacional dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos são alicerçadas na parceria entre governo e empresas privadas, nos moldes dos preceitos neoliberais de governo.

OBJETIVO

O estudo em questão possui como objetivo principal evidenciar as mudanças no *modus operandi* do Estado brasileiro em relação as políticas públicas e programas de remanejamento voltados para a população atingida por empreendimentos hidrelétricos no período dos governos de FHC e LULA.

JUSTIFICATIVA

Os processos de remanejamento empregados atualmente são frutos do amadurecimento democrático da relação entre Estado, mercado e sociedade, uma vez que materializam os acordos construídos acerca da compensação para os atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos. A escassez de estudos voltados para a análise das políticas públicas do setor elétrico e para os programas de remanejamento dos atingidos por hidrelétricas em distintos períodos, confere a este estudo a importância de revelar, ou não, a existência desse “amadurecimento democrático” do vínculo estabelecido entre o Estado, empresas responsáveis pela implantação das usinas hidrelétricas e a população dos atingidos por tais.

METODOLOGIA

O estudo utiliza como pressuposto metodológico o referencial da pesquisa bibliográfica, através de levantamento realizado em base de dados nacionais e estrangeira, com o objetivo de detectar o que existe de consenso ou de polêmico na literatura acadêmica sobre as ações efetivadas pelo Estado brasileiro em relação às políticas do setor elétrico e programas de remanejamento em cada período de observação. Para reforçar ou esclarecer algumas questões que não resultaram claras na análise bibliográfica, assim como fornecer subsídios para uma análise qualitativa e comparação dos programas de remanejamento nos distintos períodos analisados, foram realizadas entrevistas com “atores chaves”. O público ao qual será aplicada tal metodologia consiste em dirigentes das empresas que mantêm tais empreendimentos hidrelétricos, bem como a gestores públicos ligados as políticas de remanejamento. Estas possuem a finalidade de obter informações e percepções do respondente que fornecerão maior riqueza de detalhes acerca do objeto de estudo.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Os resultados obtidos até o momento evidenciam que, tanto em FHC, quanto em LULA as políticas de remanejamento populacional dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos são alicerçadas na parceria entre governo e empresas privadas. Buscando a introdução de preceitos neoliberais de governo, FHC acaba por reduzir as dimensões da ação estatal, priorizando a privatização dos serviços públicos. Os potenciais de energia hidrelétrica foram entregues a iniciativa privada, assim como deslocou-se para estas a responsabilidade sobre o remanejamento dos atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos. Ao governo de FHC restou somente o papel regulatório sobre o setor energético através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O governo Lula foi marcado pelo continuismo das políticas neoliberais na estruturação do setor energético, ao dar seqüência a uma nova modalidade de privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público Privado (PPP), que consistem no acesso da iniciativa privada a produção e distribuição de recursos energéticos, cabendo ao Estado somente a participação no financiamento dos empreendimentos hidrelétricos. As políticas de remanejamento dos atingidos mantiveram-se as mesmas, ainda sob o controle da iniciativa privada.

Bibliografia

ANEEL. Atlas de energia elétrica do Brasil. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008.
BRESSER PEREIRA, L. C. Estratégia e estrutura para um novo Estado. Revista de Economia Política. Vol 17, n° 3, setembro/1997, p.24 – 38.
CODATO, A. N. Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista Sociologia e Política. Curitiba, n° 25, novembro/2005, p. 83 – 106.
CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. Revista Aurora. Marília, ano 11, n° 3, dezembro/2008, p.37 – 46.

FILGUEIRAS, L. Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. 2005.
KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, n° 15, 2001, p. 1 – 12.
PASE, H. L. A análise de Políticas Públicas do Setor Elétrico. In: Democracia, Estado e Hidreletricidade. UFpel. (Previsão de publicação: 2011).
ROCHA, H. J. As modalidades de remanejamento. In: Democracia, Estado e Hidreletricidade. UFpel. (Previsão de publicação: 2011)
SADER, E. S. Brasil, de Getúlio a Lula. 2010.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas - Ufpel. Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas - Ufpel. e-mail: theusmuller@gmail.com

² Orientador. Profº. Dr. Curso de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas - Ufpel. e-mail: hlpase@yahoo.com.br



P & D AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÃO DE MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS

